

## Átomos Para a Paz

NO dia 23 de outubro os representantes de 82 países assinaram em Nova York os estatutos de um novo organismo internacional, a Agência Internacional de Energia Atômica, que pode vir a ter muita importância inclusive para o Brasil.

A idéia da fundação de uma Agência Internacional para a Utilização Pacífica da Energia Atômica surgiu de um discurso pronunciado a 12 de dezembro de 1953, pelo presidente Eisenhower, na Assembléia Geral das Nações Unidas. O que então se propunha era que os países entregassem parte do material físsil de que dispusessem para, sob a égide de uma organização internacional, fomentar programas de desenvolvimento econômico no campo da energia nuclear. A proposta tinha evidentes aspectos de guerra fria e visava colocar a União Soviética na posição de contribuir para este «pool» de materiais atômicos ou a opôr-se a algo que parecia de evidente interesse para a grande maioria dos países. A União Soviética relutou a princípio em aderir à proposta do presidente dos Estados Unidos. Formou-se em Washington um grupo de 8 países, a fim de redatar um anteprojeto de estatuto para a futura Agência Internacional. Terminado este trabalho e dado o interesse que a iniciativa americana havia adquirido, a União Soviética resolveu participar na elaboração do projeto de estatuto e, portanto, da própria Agência Internacional.

Na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1955, ficou resolvido acrescentar aos 8 países primitivos mais 4 (Brasil, Tchecoslováquia, Índia e União Soviética) e rever o anteprojeto com o intuito de apresentar um documento que servisse de base aos trabalhos de uma conferência mundial sobre a matéria. Essa é a conferência que se reuniu em outubro.

De estatuto, deve-se salientar três aspectos principais: primeiro, a constituição do que se chamou a Junta de Governadores. É o órgão central, composto por 23 países, sobre o qual recai praticamente toda a responsabilidade pela direção política e técnica da organização. Desses 23 países, 13 não são eleitos, mas escolhidos entre os Estados mais adiantados na técnica da energia nuclear e na produção de materiais físsis e fértilis. Entre estes figurará o Brasil como sendo na América Latina o que melhor preenche aquelas condições. Na Junta de Governadores, como está prevista, o controle ficará assegurado aos países do Ocidente. Mas, com o aumento crescente dos chamados «países neutros», este controle está na dependência de 2 ou 3 votos apenas, o que parece ser uma margem muito pequena para permitir uma contribuição maciça de material físsil, por parte dos Estados Unidos.

O segundo aspecto mais importante é a maneira pela qual a Agência fornecerá aos Estados Membros este material. De acordo com o Estatuto, os países que quiserem utilizar os serviços da Agência apresentarão seus projetos, os quais serão estudados e analisados, aceitos ou rejeitados. Para este estudo e análise, a Agência está autorizada a fazer um verdadeiro levantamento econômico do país candidato, e tem uma grande margem de ação para auxiliar ou não o desenvolvimento econômico de certas áreas, com as implicações políticas que decorrem naturalmente desta classe de assistência. Por iniciativa da Delegação do Brasil, foi incluído nesta parte do Estatuto um dispositivo que permite à Agência não só prover o material físsil e assistência técnica, mas ainda, auxiliar o país que apresente o projeto na obtenção do financiamento necessário para realizá-lo. É a primeira vez que o Estatuto de uma organização internacional de caráter técnico com implicações econômicas reconhece o princípio de que a obtenção de meios financeiros é tão importante quanto a dos materiais e técnica. Essa emenda brasileira apresentada em Washington na reunião dos 12 países não conseguiu suficiente apoio. Reintroduzida na Conferência Geral, com outra redação, foi aprovada por unanimidade de votos.

O terceiro aspecto a salientar é a questão dos controles a ser impostos pela Agência para que o material físsil fornecido, ou obtido como consequência do funcionamento de reatores, não seja desviado para finalidades militares. É o primeiro passo positivo no caminho da instituição de um sistema de fiscalização que poderá mais tarde se transformar na base de um plano mundial de desarmamento. Nesse aspecto, surgiram, como é natural, as mais sérias dificuldades. Por uma vez, soviéticos e americanos formaram praticamente do mesmo lado. A razão dessa aliança se encontra no fato de que as Grandes Potências não se utilizando dos serviços da Agência ficarão também isentas do controle. O porta-voz das aspirações dos países a serem submetidos eventualmente ao sistema de controles foi a Delegação da Índia. A forma final por que ficou redigido o artigo correspondente dos controles no Estatuto dá suficientes garantias aos Estados que venham receber auxílio da Agência de que os controles aplicáveis não possam interferir com os respectivos planos nacionais de utilização pacífica de energia atômica.

Transmitindo aos leitores as informações acima, que colhi nas Nações Unidas, quero acentuar, por ser de estrita justiça, o brilho e eficiência de nossa representação, que valeu para nosso país uma conquista potencial extremamente difícil, que é o estabelecimento do princípio de que os países economicamente fracos, como é o caso do nosso, deverão ser auxiliados financeiramente em seu programa de desenvolvimento da energia atômica para fins pacíficos. A Comissão Preparatória, prevista nos estatutos da Agência, está sendo presidida pelo Brasil, que procurará usar de seu prestígio para conseguir a localização aqui de um centro de estudos de energia atômica para toda a América do Sul. É duvidoso que o consiga — depende de mil e uma pequenas influências e barganhas no delicado jogo diplomático interno da ONU. O esforço, porém, que nossos representantes estão fazendo honra sobremodo o excelente embaixador Ciro de Freitas Vale e seus comandados. Dêstes faço questão de destacar (sem diminuição nenhuma para os outros), pelo seu trabalho particularmente eficaz e inteligente, o ministro Carlos Alfredo Bernardes.

O nosso «Loló» Bernardes, apesar da múltipla trabalhadeira que lhe dão a Assembléia Geral e a Comissão Consultiva do Secretário Geral no caso do envio de forças para Suez, tem se desdobrado na nova Agência de maneira admirável. Perdemos-lo nas noites de Nova York para muitos usques, porque o homem só tinha tempo para trabalhar — mas o Brasil já ganhou alguma coisa e pode ganhar ainda mais graças a esse esforço realmente notável. Que ainda por cima lhe dá, há meses, sério prejuízo financeiro, pois, empolgado pela sua tarefa, ainda não foi a Lima assumir seu posto de ministro e continua a ganhar como primeiro secretário...

157